



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 82**

Sessão Ordinária de Setembro

5.ª Reunião de 25-10-2004

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel Pinho Regala e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Álvaro Patrício do Bem, Vítor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira e Gonçalo Nuno Caetano Alves que saiu às 23:30 horas.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Orlando Eduardo Silva Terra Seca e António Manuel Santos Salavesa, pelos sucedâneos Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes e António Manuel Pinho Regala, respectivamente. Deu ainda conhecimento do pedido de renúncia de mandato do primeiro sucedâneo na lista do PS Nuno Rosa da Silva Barata, lugar que passa a ser preenchido por António Fernando Ribeiro Martins durante a suspensão solicitada pelo vogal Paulo Jorge Teixeira de Jesus.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, se fez substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quintero.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

(Entrou na sala o Vogal Diamantino Laranjeira Simões Jorge)

## **PONTO 7. – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE - CRIAÇÃO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20/09/2004, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

### Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Diz-nos a informação constante da proposta que nos chegou às mãos, e especialmente a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que se procura com esta proposta, com a criação da empresa de mobilidade, uma melhoria de serviços ou intensificação (como disse o Senhor Presidente), de melhoria dos serviços de transportes públicos; a integração de empresas e de outros meios, designadamente: serviço da TRANSRIA, e das BUGAS; uma melhoria na obtenção de receitas, e obteve-se esse objectivo supremo que é o da melhoria do serviço de transportes, através de uma gestão profissionalizada.*

*Bem, são ideias a meu ver boas ou más. Quer dizer, nós com este enunciado assim tão genérico ficamos de facto sem saber que partido de concreto se tirará da criação de uma empresa de mobilidade. Realmente não vejo como é que sem mais, a criação de uma empresa de mobilidade possa, sem outra qualquer explicação, intensificar a melhoria de serviços? Poderá tirar partido ou integrar a TRANSRIA e associar aos Serviços Municipalizados, por exemplo, a instituição das BUGAS. Como é que não se poderão ir buscar receitas de parques de estacionamento e de parquímetros? Como é que as receitas do estacionamento não serão aproveitáveis sem uma criação de empresa de mobilidade? E também não vemos como é que não possa haver nos Serviços Municipalizados uma gestão profissionalizada.*

*Não sendo à prioristicamente contra a criação desta empresa de mobilidade ou de outra qualquer, não vemos é que nos tenham sido apresentadas razões substantivas, que de modo indubitável sem partir para uma coisa desconhecida e sem se arriscar no gratuito, sem se arriscar no inseguro, sem se arriscar no maior gasto, isto tenha algum benefício. Poderá ter, mas isso vamos ver a quem compete justificá-lo. A meu ver é a apresentante da proposta que é a Câmara Municipal.*

*Eu penso que o debate deve ser intensificado acerca disto. E penso que há que ir buscar razões das quais resulte o mau funcionamento dos transportes públicos, ou se não for assim mau o serviço de transportes públicos é pelo menos em condições suficientes e susceptível de ser melhor — e é isso que procura. Então as razões nós podemos buscá-las imediatamente, isso já tem sido aqui dito e noutros locais. Vamos buscá-los à própria atitude da Câmara nestes anos todos, nesta e se calhar das anteriores, mas sobretudo desta. O Senhor Presidente disse e bem: a modernidade aconselha a que o transporte nas cidades seja o transporte público. – É verdade Senhor Presidente da Câmara! Estamos de acordo inteiramente com isso. Agora vamos ver o que é que esta Câmara e o seu Presidente têm feito até agora, em benefício disso: a meu ver, tem militado contínua e pertinazmente contra esse objectivo. E de que forma? Desta forma bem simples que é a criação de parques de estacionamento no centro da cidade, é o de rasgar avenidas no centro da cidade, onde se deveria manter uma personalidade da cidade com arruamentos próprios do centro da cidade e não de artérias ou avenidas auto-estradas como se pretende, para o centro, portanto, só canalizam carros para o centro da cidade. Ora carros no centro da cidade é precisamente o verso do transporte público. Então pergunta-se: esta Câmara quer por um lado melhorar, mas faz tudo para pior. A verdade é essa! Portanto, temos de ir é às razões fundamentais porque é que os meios de transporte não funcionam. E também há que perguntar-se se realmente estão otimizados os meios dentro da instituição que actualmente gere este serviço de transportes, que são os Serviços Municipalizados. Não é possível dentro da instituição – Serviços Municipalizados – otimizar ou profissionalizar uma gestão ou um sector de transportes. Quer dizer, se não é possível evitar a multiplicação de conselhos de administração, conselho fiscal ou fiscal único não interessa, conselho geral, seja que órgão seja, só vai desmultiplicar e todos nós sabemos que quando se dividem os órgãos de gestão, nem sempre se tiram benefícios. E depois, se atentarmos bem, neste momento, esta Assembleia, o que vale dizer que os municípios de Aveiro controlam de alguma forma o funcionamento dos transportes públicos, têm aqui uma palavra a dizer. Palavra que é fraca, porque hoje temos a infelicidade, pelo que se tem visto aqui, as propostas sejam boas ou sejam más, passam todas elas porque a bancada que apoia o Executivo as faz aprovar. É o mal das maiorias, contra o qual os municípios têm que estar atentos nas próximas eleições. Há que pulverizar o poder, para o poder ser refinado, para as ideias democráticas poderem vingar, e não é isso que acontece agora; (nós CDS) nós já estivemos nessa situação e reconhecemos o mal que isso foi – falamos por experiência própria. Portanto, achamos que isso é mal e não queremos repetir esse mal no futuro.*

*O que faz falta aqui nesta situação, foi uma ideia aflorada pelo Senhor Presidente; o Senhor Presidente trouxe a ideia mas depois ou se encolheu ou encaixou entre as outras, que foi a falta de planeamento estratégico. O que é preciso agora, é fazer um adequado e cuidado planeamento estratégico, e então refinar a qualidade dos transportes, ou melhorando-as gradualmente porque não se faz revolucionariamente, é preciso melhorar o serviço de transportes e como é que se melhora? Cerceando que os carros venham para o centro da cidade, porque naturalmente os transportes públicos terão maior procura, a maior procura gera uma exigência de qualidade; e com os automóveis a virem maciçamente para o centro da cidade, – o Senhor Presidente quis até justificar que Aveiro tem uma boa mobilidade com os carros cá para o centro. Mas isso é um falso problema, há que evitar que os veículos venham, oferecendo melhores transportes. As pessoas não andam de automóvel pelo prazer de andar de automóvel; andam no automóvel porque infelizmente têm uma necessidade e infelizmente os transportes públicos não oferecem a qualidade que baste ao cidadão médio da civilização actual. É essa a questão. Portanto, importa ter atenção a esse problema e gerar as condições ideais para que isso aconteça.*

*Não sendo pessoalmente, aprioristicamente contra a criação de qualquer empresa de mobilidade – não sou, o que não encontro (sem um debate aceso, que naturalmente poderá ser hoje), melhor justificação para que a empresa se revele como uma imprescindibilidade, para que o serviço que é objectivo máximo e o escopo principal, apontado para a criação da empresa, intensifique de facto a melhoria dos transportes públicos.*

*Agora, pela justificação que o Senhor Presidente deu e que constam da proposta não é o caso, e portanto, nunca o meu voto poderá ser favorável até melhor parecer.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

A

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Gostaria de começar por me referir às palavras do Senhor Presidente da Câmara, que começou por frisar a esta Assembleia e recordar aquilo que está em acta, é que houve uma deliberação por unanimidade na Câmara!*

*Nós sabemos, nós lemos a proposta, estudámos a proposta. E uma das coisas que me agrada muito estar no PSD é o facto da liberdade de podermos entrar num debate sem estarmos condicionados pelas opiniões e pelas posições de outros membros do nosso Partido, que podem pensar de maneira diferente, e que em determinada altura tomaram posições diferentes da nossa. E por isso gostaria de dizer que a posição do PSD nesta Assembleia, neste momento, é de completa abertura para debater este assunto. E por isso, não temos ainda posição formada sobre ela a não ser aquela decorrente dos documentos que a Câmara nos fez chegar a esta Assembleia.*

*Portanto eu iria nesta intervenção colocar mais questões do que dar respostas e gostaria que as respostas já as tenha (o Senhor Presidente da Câmara) para aquelas que eu não obtive resposta ou pelo menos o Executivo como um todo. Que eu não sei muitas vezes se é o Senhor Presidente da Câmara o único responsável pelo Executivo ou se funciona realmente como um corpo. Mas isso é um problema que o Senhor Presidente tem que resolver e não somos nós.*

*A criação de uma empresa municipal, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara quando apresentou a proposta, que é devida a uma incapacidade da Câmara para gerir os transportes públicos porque têm vindo constantemente a dar prejuízo!? Esta empresa mostra uma incapacidade que já foi mostrada noutras áreas. E mais uma vez, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara está a querer fazer (e por isso é que eu estou a pôr isto em termos de pergunta), se não é mais um exemplo de mais uma empresa municipal que se cria quando se quer fazer alguma coisa diferente, independente e com a incapacidade que tem mostrado em relação ao outros assuntos e a outras empresas, que têm sido criadas neste município? Eu interrogo-me é: se as outras empresas que entretanto foram criadas, se fossem empresas de sucesso elas não tinham sido apresentadas aqui como uma fundamentação para nos mostrar a todos nós que realmente criarmos empresas municipais é uma boa ideia.*

*O que é um facto é que não há aqui no estudo tão volumoso como este que está aqui, uma única referência a podermos dizer que realmente as empresas municipais têm sido criadas em Aveiro têm sido um sucesso. Logo se não diz é porque se calhar não são. É porque se calhar não interessa dizer muito, não interessa falar muito sobre esse assunto. E por isso, é só mais uma preocupação minha que é: como é que estão as outras empresas? E como é que esta poderá daqui a uns tempos estar? Se calhar todos nós cheios de muito boas intenções para aprovarmos mais uma empresa municipal, podemos correr mais alguns*

riscos. Porque criando uma empresa municipal, aquilo que nós estamos a dizer é: mais uma empresa que fica fora do controlo desta Assembleia Municipal.

E aquilo que nós já temos visto aqui por esta Assembleia é que temos prestado muito bom serviço em termos de fiscalização à Câmara, com poucos poderes que infelizmente, mas se calhar têm de ser estes, que uma Assembleia Municipal de gente que faz outras actividades na vida e que não é profissional da política tem que fazer. (Quem são os profissionais da política são os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente da Câmara que estão a tempo inteiro neste Executivo).

“Défices sistemáticos no sector dos Transportes de Aveiro”. Será que esta é a razão para nós criarmos uma empresa municipal, porque o serviço municipal é deficitário, apesar de prestar um serviço público inegável por todos? É esta uma razão que nós deveremos eleger para criar uma empresa municipal?

Esta proposta traz a história dos Serviços Municipalizados. Gostei muito de ler esta história dos Serviços Municipalizados, que foi um bom exercício para nos mostrar que não foi fácil, que foram processos que foram sendo assimilados, que se foi criando estruturas, que as coisas não são criadas de um momento para o outro. E por isso, mais uma razão para me interrogar sobre realmente é isto que queremos agora de um momento para o outro! Porque este Executivo a um ano de findar o seu mandato quer alterar o seu estatuto de um serviço público que é prestado, com os seus constrangimentos, com as suas dificuldades, mas quer alterar de uma maneira que se calhar não foi a maneira mais pensada e com fundamento só num relatório que nós temos aqui com muitas páginas — mas se calhar não com o conteúdo que nós precisávamos que ele tivesse? Mais uma interrogação que coloco e que gostava que o Senhor Presidente nos respondesse.

Fala também de que uma das vantagens desta empresa municipal é a congregação de serviços!? Vai conseguir conciliar a TRANSRIA, vai conseguir conciliar as famosas BUGAS (criação deste Executivo) os Serviços de Transportes Públicos, felizmente já há muitos anos que existem em Aveiro, e vai congregar... mas porque é que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados de Aveiro não congregam eles próprios estes serviços? Mais uma vez: - não têm capacidade! Mas isso não quer dizer..., espere mais um ano, espere mais um ano e meio, que se os aveirenses confiarem no PSD, talvez as coisas possam ser diferentes e nós talvez daqui a mais algum tempo possamos nós próprios mostrar como é que se consegue gerir estes serviços e gerir estes serviços de uma maneira que eventualmente poderá ser bom para todos.

Porque eu estou-me a lembrar que quando foi criada a TRANSRIA foi uma festa. Quando foi comprada a lancha para S. Jacinto fez-se uma festa (que ainda não funcionou. Disse que era uma bagatela, que estava em saldo); quando foram criadas as BUGAS e foram implementadas houve aí uma festa. Quando foram feitas as pistas para as BUGAS e se esventrou a Avenida Lourenço Peixinho foi uma festa. E agora? Agora, dizemos que temos dificuldade, que não conseguimos conciliar os serviços que as coisas não estão muito bem! O problema é que agora vêm as dificuldades. Vêm as dificuldades em quê? Em tudo: a nível da organização, a nível das dívidas, a nível de todo um serviço que começa a ficar enfraquecido e começa a não dar os resultados que o município esperava. E agora o que é que faz? Em vez de sanear todo um processo criado, não; dá um pontapé para a frente — sabemos lá para quê.

E é com base num estudo que se faz esta proposta. Só que este estudo, eu fiquei com a sensação (lendo este dossier que nos foi apresentado), que este estudo é feito por pessoas que se calhar leram muitos documentos sobre Aveiro, mas que se calhar não conhecem Aveiro; nunca cá vieram. Ou se vieram, vieram só para vir buscar alguns documentos ou se calhar para almoçar com o Senhor Presidente da Câmara. Porque não me parece que quem fez estes documentos perceba minimamente de que é que está a falar, quando fala de

*Aveiro. E eu vou-lhe dar alguns exemplos para que não haja dúvidas daquilo que estou a dizer.*

*Por exemplo, aqui na página 4 do documento da criação da empresa municipal de mobilidade de Aveiro diz logo qual é o “critério de sucesso”, vejam lá! (Se conhecessem Aveiro se calhar não punham cá isto) «critério de sucesso – o sucesso de um futuro operador municipal de transportes, prende-se com um conjunto de factores e entre eles se destacam (e eu vou ler um): promover a existência de corredores BUS sempre que possível segregados do restante tráfego». Se conhecessem Aveiro... digam-me lá, nas novas avenidas que o Senhor Presidente da Câmara renomeou e no túnel que construiu, diga-me lá se vai subtrair alguma das faixas de rodagem para o BUS, e quais serão as faixas de rodagem que ficam para o cidadão comum que quer passear no seu carro, que precisa da mobilidade do seu carro!? Ou seja, entope o túnel que muito se orgulhou e mais uma vez com festa! Se vamos para os outros túneis que o Senhor Presidente construiu e para os outros pontos que construiu, se vai ficar uma faixa de rodagem para o BUS quais são as faixas de rodagem que vão ser utilizadas para os transportes de ligeiros? Não ficam! Por isso, este é só um exemplo de se alguém conhecesse a cidade de Aveiro nunca se atreveria a fazer uma afirmação destas. Nunca!*

*Mas dou-lhe mais: (a certa altura na mesma página, diz que) «existem concelhos limítrofes com os quais Aveiro desenvolve fortes interações, exemplo: Águeda». É que Ílhavo está aqui ao lado, não sei se já se apercebeu Senhor Presidente da Câmara! Bem sei que às vezes pode ficar cego com Ílhavo e não ver que está aqui mesmo ao lado. Mas não fique cego com Ílhavo, pense um bocadinho mais largo e olhe, veja que Águeda também é um concelho limítrofe e realmente é importante que nós tenhamos mobilidade para Águeda, mas Ílhavo rodeia-nos de uma maneira envolvente que nós não podemos ignorar. Estarreja tem uma ligação de caminho-de-ferro importantíssima; e se pensarmos no caminho-de-ferro é importante também que fosse vista a ligação até com o próprio concelho de Ovar e com Espinho, a mobilidade que nós temos com pessoas de Espinho, de Ovar, de Estarreja, de Oliveira do Bairro, e de todo o lado que envolvem e que nos visitam todos os dias e trabalham em Aveiro. E a mobilidade dos aveirenses que trabalham nestas localidades e nestes concelhos. Não está nada aqui espelhado, antes pelo contrário.*

*Dou-lhe outros exemplos: a própria dinâmica demográfica. Se calhar é capaz de haver algum documento que diga que Aradas teve um decréscimo demográfico de 11%, mas quem for ali à zona das Glicínias não pode argumentar que ela está em declínio demográfico. Só pode dizer isso quem realmente não conhece, quem realmente não está cá. Ou então dizer que «em Eirol se nota uma tendência de concentração e em torno da cidade de Aveiro, coexistindo no entanto duas freguesias periféricas com forte dinâmica de crescimento. Por exemplo Eirol!»!? Eu até acho que era importantíssimo que fizesse parte de uma política descentralizadora que nós temos estado a falar há muito tempo, mas a realidade não mostra isso.*

*E eu poderia dar muitos mais exemplos, mas gostaria de tratar de um outro assunto que me preocupou muito e eu tenho a certeza que o Senhor Presidente tem as respostas para as questões que eu estou a levantar. Eu tenho a certeza que sim. Eu tenho a certeza que o Executivo, o Senhor Presidente, estudaram todos este relatório, sabem todos o que é que aqui tem e de certeza que estas incongruências foram escarpelizadas pela Câmara Municipal antes de vir fazer uma proposta destas, como está a fazer à Assembleia Municipal porque os senhores são profissionais da política e nós não somos. E se nós tivemos tempo para ler estes relatórios de certeza que o Senhor também já os leu.*

*Depois «indenização compensatória para cumprimento de certas obrigações de sentido público» preocupa-me... O que é que quer dizer com esta indenização compensatória? É que a certa altura diz o próprio relatório (e agora voltei à página 3): «que a criação de*

*uma oferta multimodal dentro do perímetro de transporte urbano, consente, operando bons níveis de serviços e ligações directas, está associado a uma menor utilização de carreiras na zona predominantemente rural. Isto não significa o abandono das populações das freguesias periféricas». Posso-vos dizer: era o que mais faltava!? «Mantém-se o transporte regular em especial em horas de ponta, mas a EMMA recorrerá a transportes alternativos...» ou seja, vai haver diminuição de todas aquelas carreiras que nós até agora e muito bem temos mantido porque são importantes em termos de solidariedade municipal e que devemos continuar a manter? Agora, se as reduzirmos e dissermos: olha, só passa uma de vez em quando de maneira que vocês fiquem aí à espera que há-de passar um autocarro — não vamos a lado nenhum! Isso é um convite às pessoas para dizer assim: (depois a certa altura faz-se uma estatística e diz-se) olhem afinal esta linha não é utilizada por ninguém. É obvio que não é utilizada por ninguém. É preciso ter muito cuidado pela maneira como algumas estatísticas são apresentadas em relação a não haver utentes. Não há utentes muitas vezes porque os horários não são compatíveis ou porque não são divulgados, de maneira que ninguém sabe quanto tempo é que há-de ficar à espera.*

*Outra lacuna que eu encontro neste relatório, e que sustenta também a proposta da Câmara, é o facto de não ser mencionada uma única vez, o facto de agora haver uma via dupla que atravessa o nosso concelho. Não acha que com a criação desta via dupla, com este prolongamento da ICI já pelo nosso concelho, com a ligação de mais três nós viários (muitos deles com acessos ainda fracos), que novas dinâmicas sociais, novas dinâmicas demográficas vão ser criadas? Não acha que é um assunto que se devia pensar, que nas freguesias sul do nosso concelho, o facto de haver esta via rápida, vai criar novas dinâmicas nestas freguesias? Porque é que este estudo ignora completamente; é que nem os mapas mostram a existência desta estrada.*

*Por isso, a questão que eu coloco e para terminar, é que existem outros assuntos que são aqui apresentados de uma maneira pseudo-séria e não o são, por exemplo, o mapa que aparece na página 14 não o é. O mapa da página 14 em que aparece um diagrama, aparece um gráfico como este que está aqui, e é tudo menos sério, porque está a comparar um município de área reduzida e em termos de distâncias aos centros, com uma região como a região centro, ou seja, está-nos a comparar e a dizer: - vocês em Aveiro, têm um hospital perto, enquanto que quem vive num concelho que não tem hospital, está muito longe dum hospital. É óbvio! Agora Aveiro é capital de distrito, por isso acho que não é sério apresentarem um mapa aqui com uma região tão grande, uma região com municípios que infelizmente em termos de desenvolvimento social não estão ao nível de Aveiro, e dizerem: - vocês afinal em Aveiro estão muito bem. Estão muito perto de tudo que é o que este mapa mostra. É verdade! Estamos muito perto de tudo porque somos a capital do distrito. Somos a capital de muitas outras coisas, e por isso é obvio que estamos muito próximos. E por isso comparar coisas que não são comparáveis; eu gostava de ver comparado era com outras cidades da dimensão de Aveiro, isso é que eu gostava de ver comparado. E por isso é que eu acho que este mapa que aqui está não é um mapa sério.*

*Conclusão do estudo na página 49, diz que «as tarifas de estacionamento são baixas e não generalizadas a todo o espaço congestionado de Aveiro», ou seja, o estudo acaba por preconizar que só é viável esta empresa se houver mais parcómetros em Aveiro, se houver toda a zona urbana com parcómetros. Portanto, é esta a forma de viabilizar uma empresa. Agora eu acho que era importante o Senhor Presidente da Câmara perguntasse aos aveirenses se é desta maneira que querem ver os seus serviços de transportes públicos viabilizados. Eu acho que há muitas outras maneiras de se poder viabilizar os transportes públicos, que não de uma maneira de onerar o centro da cidade ainda com mais taxas de estacionamento, para além daquelas que no entanto já existem, porque estas, segundo o estudo, estão baratas demais.»*

Vogal José Costa (PS)  
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)  
Presidente da Mesa

B

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Não vou dizer muita coisa porque na realidade o mar de assuntos que foi trazido em paralelo com a proposta que foi apresentada, obviamente, daria para não sei quantas Assembleias e eu limitar-me-ia a abordar duas ou três questões que entendo fulcrais, que foram abordadas lateralmente e que entendo da máxima importância.*

*Na realidade, ao contrário (peço desculpa), das intervenções anteriores de alguns senhores deputados foram levantadas questões (salvo o devido respeito), que não deviam ter sido levantadas, pelo menos de forma tão ligeira, na medida em que estão contempladas nos estudos que foram apresentados aos líderes de bancada – não aos deputados municipais em geral, que efectivamente mereciam ser lidos em alguns aspectos.*

*Primeiro porque referem a rede viária tal como ela está agora; segundo porque de algum modo apontam já (embora a empresa não esteja ainda criada) para algumas soluções, designadamente, a solução da criação de corredores BUS — está lá, a dada altura. Só para citar um dos aspectos, diz-se que: no centro da cidade irão ser retirados 1150 lugares da via pública, 890 dos quais da coroa central (assim é referido), que eu suponho ser o núcleo central urbano — e gostaria de pedir esse esclarecimento à Câmara.*

*Um outro aspecto. O Senhor Presidente refere na sua proposta «multidisciplinaridade dos transportes existentes designadamente, o metro de superfície» e refere a situação de Aveiro enquanto capital do distrito — logicamente, em alguns aspectos poderá não referir Ílhavo, mas está cá referido nos estudos que foram entregues.*

*Isto na verdade faz-me lembrar (e nós já cá estamos há muito tempo) a questão anterior, isto é: outrora não se criavam as BUGAS, não se criavam as pistas para as bicicletas, porque dizia-se da bancada do PSD (está em acta para os dois lados), e dizia-se daquele lado, da parte da Câmara, que não havia soluções de continuidade. E não havendo soluções de continuidade que é o mesmo que dizer hoje que por exemplo que num determinado local não é possível porque existe um viaduto que coitado não tinha mais por onde estender-se senão arreando por exemplo museus, dizia-se então que não havia soluções de continuidade, então havia que haver bicicletas em Aveiro, porque não havia soluções de continuidade.*

*Defender hoje, porque os viadutos não puderam ser estendidos para cima de museus ou coisas similares nos deixa na impossibilidade de criar corredores BUS é errado. Podem os corredores BUS como nas outras cidades ter que aguentar o facto de nós não podermos arrasar a cidade inteira para criar os tais corredores BUS, não ter soluções de continuidade por inteiro, mas as BUGAS são um exemplo acabado de que é possível criar corredores BUS. E estes números que eu citei agora e volto a repetir por causa das interrupções sucessivas, o facto de por exemplo ser possível retirar a um tempo 1150 lugares da via pública de estacionamento e ao mesmo tempo criar mais 2650 lugares de estacionamento, irá fazer com que sem dúvida nenhuma... (isto é uma das coisas, estão cá apontadas muito mais medidas. Eu só estou a dar um exemplo, para não falar os tais 23 minutos a que certamente não deixariam de me dar direito.)*

*Essa questão está pelo menos aqui prevista. Como está aquela que eu considero a central e a nuclear de tudo isto. Está previsto aquilo que foi dito aqui também por um outro senhor deputado, a questão da ligação não apenas de transportes fluviais e terrestres a vários níveis designadamente a própria bicicleta, com a outra questão da futura construção do*

*metro de superfície. Como uma outra coisa que eu vejo ligeiramente abordada, mas que me acalenta o coração que é a ligação e fomento, da velha linha do Vouga – que cá também vem mencionada. Mostrando que isto que vamos aqui hoje certamente aprovar tem a ver com uma outra visão de futuro, quer a nível de qualidade de transporte – e quando digo qualidade de transporte digo deixarmos (como diz efectivamente o Senhor Deputado Jorge Nascimento e muito bem) de nos darmos ao comodismo de andarmos obrigatoriamente nos nossos veículos automóveis a que hoje de algum modo reconheço que somos forçados por não termos outros meios, para termos toda esta panóplia de transportes interligados entre si conforme vem aqui estudado e defendido.*

*Quanto aos senhores trabalhadores, uma palavra. Eu sempre me preocupei com os trabalhadores. Sempre! Toda a vida me preocupei com quem trabalha, toda a vida me preocupei, numa palavra, com as pessoas em geral. Nestas circunstâncias, não vejo aqui motivos de preocupação. Mas o que também não vejo é motivos para que as pessoas não estejam atentas, com o que está acontecer aqui neste momento. E nessas circunstâncias e na parte que me toca, tenham todos aqueles que estão aqui presentes e os demais que possam estar ausentes, a certeza de que serei uma deputada municipal atenta a alguma circunstância em que qualquer trabalhador ou família de trabalhador seja afectada por uma medida, sendo certo porém, temos sempre que ver isso, que a evolução das coisas traz sempre problemas, sempre! Espero que os não traga a ninguém. E mais uma vez repito que serei uma deputada muito atenta.*

*Para desdramatizar e terminar. Gostei efectivamente das grandes inovações desta Assembleia Municipal, que é o CDS a reconhecer que teve demasiado poder, é o PCP a falar e bem, porque quando se fala de lucro a palavra não tem necessariamente um sentido negativo, e nós conhecemos o Senhor Deputado Regala e sabemos até pelas funções que ocupa, logicamente lhe poderá sair a palavra para um sentido que poderá ser a sustentabilidade, não temos dúvidas nenhuma que o PCP é o que tem vindo a defender. E tem vindo a defender uma política social e de cidadania correcta a este nível.*

*Finalmente, gostei de ouvir o PSD falar numa má gestão (anterior) dos serviços, a este nível. Quer dizer, não houve de facto nada que não se ouvisse.*

*Terminava dizendo, que desejo a melhor sorte à nova empresa que aliás, dentro de três vertentes jurídicas foi escolhida como... não tenho dúvidas nenhuma que vai ser aprovada porque Aveiro necessita disto, desta integração múltipla, destes transportes e dos demais que estão para vir e volto a repetir, é muito importante esta questão. Aqui se prevê também o futuro metro de superfície, aqui se prevê também a revitalização da linha do Vouga, aqui se prevê muita coisa que é séria e de futuro e nessas circunstâncias não tenho dúvidas nenhuma. Conhecendo nós o tal corpo que é a Câmara Municipal de Aveiro, não deixaremos de votar favoravelmente esta proposta, que acena mais uma vez com outra coisa que não seja a poluição tremenda e a má qualidade de vida que é trazendo os nossos próprios automóveis diariamente para o centro da cidade, obrigatoriamente com os custos acrescidos que isso traz, quer os custos sociais para nós e para todos os que nos rodeiam, quer custos obviamente financeiros, para as bolsas de cada família.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu queria fazer só uma pergunta, porque realmente vi que a Dr.ª Virgínia Veiga percebe muito e compreendeu este relatório que eu não compreendi principalmente a definição da coroa central. Ela referiu-se várias vezes à coroa central e eu queria que ela me explicasse e que visualizasse. O que é que está definido como “coroa central” e como “coroa de transição”, que eu não consigo perceber estas localizações.*

*É que coroa central é Câmara Municipal, o Tribunal, os Bancos, Correios e Centro de Saúde; e Centro de Saúde estamos a falar do Cemitério Sul. E a coroa de transição é a Estação de Caminho de Ferro, o Hospital, a Universidade e as Escolas Secundárias. É que eu não consigo perceber como é que as Escolas Secundárias fazem parte da coroa de transição quando são tão centrais como o Centro de Saúde que até é periférico em relação às escolas, fazem parte da coroa central. Há aí uma série de incongruências, talvez a Dr.ª Virgínia Veiga nos pudesse explicar.”*

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu gostaria de chamar o Senhor Deputado para o seguinte: o Senhor Deputado fez-me três interrupções quando eu estava exactamente a falar nesse assunto. Não percebeu, mas não percebeu uma coisa mais elementar: é que eu estava a referir-me à Câmara para lhe pedir que me esclarecesse se o meu entendimento de “coroa central” estava correcto ou não.*

*O Senhor Deputado, tanto se virou para trás, tanto falou, tanto interrompeu que além das coisas incríveis de manifestação de total ignorância sobre os relatórios que lhe foram apresentados enquanto líder de bancada, ainda por cima se dá ao luxo de interromper quem está a falar e de interpelar para fazer demorar a todos nós muito mais tempo, quem se limitou a fazer um esclarecimento ao Presidente da Câmara e interpellando dessa maneira. Se eu pedi um esclarecimento ao Senhor Presidente é porque eu não sei o que é.*

*O Senhor Deputado que entreviu anteriormente. Foi de uma indelicadeza que eu não lhe conheço ao interromper sistematicamente a minha intervenção. Interrompeu-a três vezes quando eu estava a pedir esse esclarecimento à Câmara e agora interrompe a Assembleia toda e continua a interromper-me a mim; interrompe e continua a ser absolutamente delicado e cortês ao continuar a interromper aquilo que eu estou a dizer. Agora esclarecendo-o que, na sua total distração dentro desta Assembleia, não percebeu que por três vezes lhe pedi que se silenciasse para me permitir pedir um esclarecimento à Câmara. O Senhor Deputado está a tempo de ser cortês e delicado, sem ironia e pedido de desculpa.”*

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu queria chamar à atenção da Assembleia, não propriamente à oradora anterior, para o facto de observações que se fazem à margem das intervenções das pessoas não podem ser consideradas faltas de respeito ou de democracia.*

*Agora a forma como o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro sistematicamente interrompeu o Deputado Manuel António Coimbra, isso aí é que eu pensei que se estava a referir quando disse que estavam a ser descorteses para connosco.*

*Portanto o meu protesto é neste sentido. Não é a primeira vez, não é a segunda, nem a terceira, que o Senhor Presidente da Câmara quando o Prof. Manuel António Coimbra fala o Senhor Presidente interrompe sistematicamente com aquela técnica estratégica. Eu já sou muito velha, já estou há muitos anos nisto, que é para interromper o fio da intervenção, que é para cortar o impacto para as pessoas não perceberem aquilo que se está a dizer. O meu protesto é neste sentido.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara para os esclarecimentos pertinentes.

## Membros da Assembleia

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Isabel Velada (PS)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu queria recentrar o problema na questão fundamental para mim, que é a criação ou a não criação de uma empresa municipal de mobilidade. A fundamentação da Câmara para extinguir os SMA e criar uma nova empresa municipal de mobilidade é financeira. E põe-se esta questão: se a base da fundamentação da criação de uma empresa municipal e da extinção dos SMA é financeira, qual é a garantia de que uma empresa municipal vai ter sucessos do ponto de vista financeiro?*

*Por aquilo que temos observado das outras empresas municipais, não tem acontecido isso. Portanto pelos exemplos práticos essa questão não dá garantias de sucesso.*

*Segunda questão: que retornos financeiros espera a Câmara pela criação desta empresa?*

*Terceira questão: quem vai ocupar os lugares no Conselho de Administração, Conselho Geral, etc.? É uma questão que interessa porque temos que fazer uma análise política dessas nomeações.*

*O Quarto ponto que eu acho que é bastante importante, não se tem sublinhado aqui muito e eu penso que nós não podemos deixar de falar nele é a situação dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Aveiro. É difícil pôr-me no lugar dessas pessoas, mas essas pessoas estão preocupadas com a sua situação laboral, estão preocupadas com a extinção dos seus postos de trabalho, estão preocupados com o futuro, que mesmo que lhes garantam um posto de trabalho vai-lhes garantir uma nova função que pode não ser correspondente aquela que os trabalhadores têm. Portanto é uma questão que é séria, que nós não podemos ignorar, porque embora nós estejamos aqui numa Assembleia política e estamos a digladiar ideias, muitas vezes, isto é uma questão prática para nós e para eles é uma questão fundamental porque implica a sua segurança e a segurança das suas famílias e até a sua realização como profissionais. Se estão habituados a determinado tipo de trabalho, se são transferidos, porque eu já vi que aqui têm previsto a transição. Garantem-lhes um posto de trabalho, mas não lhes garantem a mesma função. Não sabemos se a pessoa vai sentir-se infeliz ou realizada. É preciso ter em conta a situação dos trabalhadores também porque é uma responsabilidade total da Câmara Municipal de Aveiro.*

*O último ponto que é também uma questão. Qual a garantia que o Senhor Presidente nos pode dar que essa empresa vai prestar os mesmos serviços ou melhores e se os vai prestar aos mesmos preços? E se vai garantir aos utentes que tenham o mesmo transporte ou melhor transporte do que têm tido até aqui?”*

Presidente da Mesa

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

*“Permitam-me uma questão prévia porque eu ouvi aqui duas ou três vezes e pareceu-me uma coincidência infeliz dizer que nós éramos “profissionais da política”, e não gostei sinceramente. Não é verdade Senhor Deputado Manuel Coimbra. Nenhum de nós neste executivo precisa ou precisou da política para se afirmar profissionalmente. Estamos a exercer funções públicas, remuneradas, não somos profissionais da política. Estamos prontos para amanhã deixarmos certas funções e continuarmos a nossa vida profissional.*

*Foi, creio eu, uma consideração muito infeliz que tenho a certeza atingiu todos os membros deste Executivo e eu não podia deixar passar em claro. Mas questão prévia à parte e esclarecida, queria dizer-lhe que depois de tantas questões e de tantas intervenções feitas pela bancada do PSD e do PP, ainda não percebi afinal se são contra ou se são a favor da criação da empresa municipal. E estranhei mesmo muitas das dúvidas que foram suscitadas, porque de facto não me pareceram realmente dúvidas consistentes.*

*O Deputado Armando Vieira, teve a hombridade de reconhecer que não tinha lido o documento, mas apesar disso, depois, disse que o documento não prestava.*

*O Senhor Prof. Manuel Coimbra pelo contrário leu o documento e fez declarações que não tinham grande préstimo, convenhamos.*

*Uma empresa (e para que não hajam dúvidas a ninguém neste auditório), uma empresa municipal não deixa de ser um empresa pública. E parece que a dúvida anda no ar.*

*Uma empresa municipal é uma empresa municipal pública, que continua sujeita aos poderes de orientação e superintendência da Câmara e a toda a tutela que esta Assembleia queira fazer. E o serviço que vai prestar é um serviço público. Há uma obrigação estrita de serviço público que fica a cargo desta empresa e que ela não vai alienar nem pôr em causa. O risco da privatização que aqui foi evocado por alguns, nós sabemos quando é que ele acontecerá – é quando nesse dia longínquo (eu espero) o PSD chegar ao poder na Câmara de Aveiro, aí sim, a avaliar pelas políticas que tem desenvolvido para serviços públicos essenciais neste país não tenho dúvidas que privatizariam os transportes públicos, a policia, os centros de saúde, etc., etc..., a própria Câmara, como sugeriram — a saga de privatizações, ainda bem que a referiram porque deixa de facto claro qual seria o futuro em Aveiro e a qualidade dos seus serviços públicos.*

*Depois uma questão mais específica: é evidente que os preços e as tarifas Senhor Deputado António Regala, não são fixados arbitrariamente pelo Conselho de Administração, são aprovados pela Câmara. Isso está previsto nos documentos que foram distribuídos e, portanto, a Câmara mantém também o controlo sobre a política de preços e tarifas. E Senhora Dona Maria Antónia, não é para subirmos os preços e por questões financeiras na mira de lucros que constituímos esta empresa, é pelo contrário, para que ela seja sustentável financeiramente e que com essa sustentabilidade financeira a qualidade do serviço prestado possa de facto, cada vez mais, melhorar.*

*Também muito deselegante (bem, não achei deselegante porque achei que não foi verdadeiro) a crítica que fizeram à gestão do Eng.º Canas – que até está ali e eu aproveito para o cumprimentar. O que não foi sério foi o grupo parlamentar do PSD que durante anos a fio e bem – enquanto o Sr. Eng.º Canas esteve à frente dos serviços, dizer eles foram bem geridos e ele teve sempre os maiores encómios e elogios da bancada do PSD. Agora de repente, hoje de repente, essa bancada acusou os Serviços Municipalizados de ter uma gestão inadequada no sector dos transportes. Foi assim!?*

*Depois eu achei de facto um daqueles momentos únicos a que o Prof. Coimbra nos habituou e que bem sublinhou a Deputada Virgínia Veiga, a crítica científica que procurou fazer ao relatório e à sustentação da proposta, pelo facto de omitir as comparações com as empresas municipais. Eu realmente acho extraordinário que se tente demonstrar que era importante para a consistência técnica deste relatório comparar uma empresa de transportes ou de mobilidade, com uma empresa que tinha como objectivo principal construir um estádio. Eu acho isso extraordinário! Só mesmo um espírito muito subtil e muito brilhante é que consegue demonstrar a utilidade desta comparação.*

*Mas eu queria dizer-vos o seguinte, as duas empresas municipais que aqui foram verberadas são dois casos de sucesso e convinha que o lembrássemos todos: a empresa municipal, a EMA, foi constituída com o objectivo de no tempo do EURO e no tempo que*

conhecíamos (que era curto), construir o estádio municipal e assim fez. Cumpriu os objectivos com grande rigor orçamental e para sucesso e alegria, julgo eu, de todos nós. E a PDA, já agora, tem sido um caso de sucesso. E realmente os resultados conhecidos até agora de concurso confirmam que a sua aposta estratégica e a engenharia financeira que desenvolveu, o programa, todo o trabalho que até agora foi desenvolvido, a qualidade do produto que soube colocar no mercado, são um sucesso porque mesmo numa situação de crise económica como aquela que ainda estamos a aparecerem três propostas para a alienação do seu capital.

Portanto são dois exemplos de empresas municipais de sucesso, não percebo é como é que eles podem ser úteis para demonstrarmos que uma empresa municipal de transportes pode aprender com as lições que dali podemos retirar.

Há vantagens, digamos, do modelo, e são essas que devemos fazer sobressair.

Gostava ainda de dizer (antes de passar a palavra ao Vereador Eduardo Feio, com a autorização da Mesa), que nós não devemos confundir o que é um estudo económico-financeiro necessário nos termos da lei para a criação de uma empresa de mobilidade e de uma outra empresa qualquer, municipal, com o que será o plano próprio da empresa logo que ela seja concluída — o seu plano de gestão. Saber se vai ter produtos inovadores ou menos inovadores; que tipo de serviços é que vai conseguir diversificar e inovar; como é que vai tirar partido da existência do ICI; que sinergias é que podem ser criadas com Ílhavo. Eu sobre Ílhavo gostava de dizer que nós no nosso planeamento sempre tivemos uma via de acesso para Ílhavo; não vemos é uma via de acesso para cá. E de facto esta falha nas vias de comunicação (e entendam isto como quiserem) dificultam de facto planos intermunicipais. E eu espero que a prazo, designadamente com a grande área metropolitana, toda a política de mobilidade nesta zona possa de facto ter outra amplitude e outro sentido estratégico.

Resumindo, eu gostava de dizer, como bem sintetizou o Senhor Deputado José Costa, esta proposta obedece a uma estratégia e a uma política. É uma estratégia de fazer prevalecer o transporte público e a qualidade do transporte público sobre o desenvolvimento dos transportes individuais privados; mas não tenhamos ilusões, nós não podemos em nome desta estratégia de futuro que é a estratégia correcta, meter a cabeça debaixo da areia e pensar que as pessoas não trazem os seus transportes individuais. Qualquer capital desse centro da Europa tão desenvolvido que às vezes gostamos de invocar tem parques de estacionamento nos centros históricos porque há gente com mobilidade reduzida, com dificuldades em utilizar os transportes públicos. Há gente que precisa de chegar aos centros com os seus automóveis e é preciso também prever essa componente num sistema de oferta de estacionamento que seja equilibrada, que privilegie os transportes públicos, mas que não se abstraia da realidade com que tenha que lidar, que induza comportamentos, mas que não sacrifique a oferta de alguns estacionamento que são absolutamente necessários.

Depois privilegia também o serviço público e a noção de serviço público em absoluto, garante-a, e não sacrificando por exemplo, ofertas que não são lucrativas como os transportes nas freguesias mais periféricas, sabemos que é assim — não são lucrativas, o que nós não podemos ter é um autocarro para noventa ou sessenta lugares a transportar uma ou duas pessoas; isso não podemos ter.

E quem passou da página dezassete e passou da página oitenta, repararia que o que se prevê não é o sacrifício da oferta nas freguesias periféricas, é a adaptação da frota para modelos que transportam cinco, dez, vinte pessoas e que são os adequados a esse tipo de procura, que encontramos nas zonas mais periféricas — meios muito menos dispendiosos.

A aliança do transporte marítimo com as potencialidades turísticas é também uma vertente que está por trabalhar como todos sabemos e que pode ser fundamental.

*Depois termos a possibilidade de utilizar todos os meios de gestão que são mais flexíveis, no quadro das empresas municipais e esta flexibilidade não quer dizer, como eu comecei por frisar na minha intervenção, qualquer desconsideração, qualquer menor garantia pelos direitos adquiridos pelos trabalhadores dos Serviços Municipalizados — quer dizer exactamente o contrário. Quer dizer que serão criadas condições para que eles possam ter outras oportunidades que a legislação da função pública por enquanto não permite dar. E é evidente que há também uma preocupação de equilíbrio financeiro que está aqui subjacente. Nós queremos que haja uma diminuição do défice.*

*Mas não queremos Senhora Dr.<sup>a</sup> Maria Antónia, esconder, com estas empresas municipais, os resultados negativos da Câmara. Aliás, eu não quero esconder nunca os resultados negativos da Câmara. Eu quero que a Câmara tenha sempre resultados negativos. Porque mal será o dia em que a Câmara tiver resultados positivos. É sinal que conseguimos ter receitas, as guardámos e as não investimos nos investimentos públicos que qualquer Câmara tem que fazer. As Câmaras não têm que dar lucro, tem que dar um resultado negativo desde que seja obviamente equilibrado e que seja desajustado da realidade e da economia local e aí obviamente, todos sabemos que há um caminho a fazer e que já começou a ser feito.”*

Vice-presidente da Câmara

*“Gostava de esclarecer algumas questões que foram levantadas, nomeadamente aquilo que tem, a ver com a definição de coroa central. Portanto, este estudo obviamente, é um estudo que faz referência a um conjunto de outros documentos que têm vindo a ser discutidos quer na Câmara Municipal quer na Assembleia, nomeadamente o conceito de coroa central, é um conceito que estava plasmado no estudo da TECNEP 99, que começou a ser elaborado em 95, na Câmara Municipal, e que tem a ver com todo o planeamento do nosso estacionamento e circulação na cidade de Aveiro.*

*Portanto, a coroa central está aqui perfeitamente identificada; a coroa de transição também está identificada e a coroa periférica está identificada e tem a ver com o centro da cidade e Aveiro. Quando se refere aqui que o Centro de Saúde estava na coroa central, estava na coroa central aquela data, há data da elaboração de estudo.*

*Como sabem o Centro de Saúde existia na Avenida Lourenço Peixinho, passou posteriormente para a zona do ciclo para a zona da Mário Sacramento, e daí que, obviamente que só alguns profissionais se calhar é que conseguem perceber esta leitura do estudo, mas está perfeitamente definido. Depois, no quadro seguinte, qualquer análise superficial permite identificar aquilo que é a coroa central e o que é a coroa de transição.*

*Outra referencia que foi aqui realizada tem a ver com o “ferry”, com a capacidade do “ferry”, com a capacidade de viaturas, consumos, com o custo, estão referidas na página oitenta e dois. O próprio estudo diz que a parte da TRANSRIA não teria sido tão aprofundada nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento do “ferry” porque ele ainda não está a funcionar. De qualquer das formas os cenários que foram realizados foram cenários muito pessimistas. Foram cenários que não têm em conta aquilo que é uma das apostas centrais desta empresa e da sua criação, que é a inovação num conjunto de novos serviços que permitam dar uma maior rentabilidade não só financeira, mas essencialmente social. E portanto, há um conjunto de áreas, quer ao nível das cargas e descargas, da logística, de algum transporte muito mais selectivo noutra tipo de situações, para além das tradicionais, como é o porta-à-porta e um conjunto de outras inovações que poderão trazer uma nova receita ao município. Há uma questão que se prende com o estacionamento e daí haver aqui uma perspectiva perfeitamente integrada em termos de mobilidade; há o transporte público, há a questão do estacionamento, há a questão da manutenção do controle total da Câmara por parte desta empresa, como o Senhor*

*Presidente já referiu. Esta empresa é uma empresa 100% municipal, é uma empresa pública e, portanto, há uma sintonia conforme se pode ler na página sete da proposta de deliberação entre aquilo que é a política municipal de trânsito e de um conjunto de outras áreas nomeadamente conexas, como o planeamento urbano, e é aí que se enquadra a questão da entrada em funcionamento do ICI; quando este estudo foi elaborado o ICI estava previsto, é aqui apontado em termos de cartografia, não é apontado em termos de solução de curto prazo em termos de linhas, porque não estava construído.*

*Contudo, obviamente, que é equacionado. E no desenvolvimento da empresa, obviamente que será uma via a equacionar. Obviamente que há aqui questões que se prendem com a forma como ela própria vai funcionar a partir de Março do ano que vem que poderão condicionar ou não este tipo de aposta nessa mesma via.*

*Mas como eu estava a dizer há aqui um conjunto de outras áreas ao nível do planeamento urbano, ao nível da gestão urbanística, que são fundamentais para que uma política municipal seja perfeitamente consequente e por estarmos perante uma empresa (volto a frisar), 100% municipal, há capacidade de articular estas diversas dimensões que com outros modelos eventualmente não seriam possíveis.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Gostaria de começar por dizer que as minhas intervenções nesta Assembleia, pautam-se pelo debate de ideias políticas, às vezes num tom mais emotivo – que é o meu tom de falar. Agora de maneira nenhuma queria que fossem interpretados e tenho a certeza que ninguém as interpreta, mas é para ficar claro, que as interprete como sendo falta de respeito seja a quem quer que seja, porque não é dessa maneira que tenho pautado a minha vida e não é dessa maneira que estou nem na política, nem na sociedade. E por isso, gostaria de deixar claro que não agredi ninguém, e os apartes que nós temos aqui uns com os outros fazem parte de um debate de Assembleia, como é este nosso – que é vivo e participado e só assim é que eu sei estar na política: quando podemos debater livremente como aqui estamos a fazer.*

*Passado este ponto, gostaria de também de referir e se calhar também a este propósito, quando me referi a “profissionais da política”, claro que me estava a referir ao Senhor Presidente da Câmara, que neste momento tem o tempo inteiro dedicado para poder analisar os documentos, os Senhores Vereadores também têm, e outros como nós que não temos, e por isso só, é uma constatação de um facto e mais nada, não teria por trás nenhum juízo depreciativo como aquele que parece que o Senhor Presidente da Câmara subentendeu das minhas palavras, que não tinham esse sentido pejorativo.*

*Em relação ao assunto que nos traz aqui hoje, gostaria de frisar que é a coerência das nossas posições do passado, principalmente acerca do Serviços Municipalizados de Aveiro e à gestão dos senhores administradores delegados e especialmente o Eng.º Canas, que nos custa e que pomos estas interrogações, precisamente para percebermos porque é que aquilo que era um modelo que nos parecia que precisava de ser cada vez mais consolidado e que estava a ser consolidado, é neste momento posto em causa? E foi posto em causa da maneira que está posta neste relatório, da maneira que o Senhor Presidente da Câmara nos colocou aqui na Assembleia — e continuo a ter algumas das reservas como é óbvio não vou voltar a repetir.*

*Indo agora à especialidade. Ainda não percebi o nome da empresa. Aliás, o nome da empresa aparece dito de duas maneiras: aparece como sendo a “MoveAveiro” (que é um nome que eu acho execrável), e o outro nome que aparece como sendo “EMMA”. Eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, nos pudesse explicar e uma vez que os estatutos prevêm que nesta fase se possa por designação da Câmara (não sei quais são os*

termos correctos), que se possa propor um nome para a empresa, parece-me que seria importante também que nos comunicasse qual era o nome que a Câmara tenciona pôr para esta empresa.

*Composição do Conselho Geral. Eu continuo também sem perceber como é que num Conselho Geral em que são propostos, um dos elementos é da Assembleia municipal. Levanta-me dúvidas é como é que se vai escolher ou como é que se vai eleger ou como é que se vai fazer, para que os utentes possam ter uma representação no Conselho Geral? Qual vai ser a estratégia para que seja representativa a pessoa que estiver neste Conselho Geral seja representativa dos verdadeiros utentes? Como é que se pode até identificar este grupo? O que me parece, que se eu andar uma vez de autocarro sou utente? Mas se eu não andar nunca e tiver intenções de andar, posso ser? Ou seja, todos nós somos utentes, todos nós somos potenciais utentes? Ou só são utentes quem andar todos os dias? Há uma série de explicações que é preciso dar, de como é que se vai implementar esta ideia que me parece até interessante, mas como é que na prática se implementa. O mesmo em relação a entidades ou organizações directamente relacionados com a actividade da empresa? Quem são estas organizações? Como é que também se vão eleger como um corpo? Ou seja, como é que esta empresa vai funcionar? Como é que este Conselho Geral vai funcionar? Ou se nunca vai funcionar porque nunca vai ter quórum e realmente não vai ser mais do que um fogo de vista?*

*Em relação à sede da empresa. É previsto que possa ser num local a determinar! Mas eu penso que tem de ser no município de Aveiro. Não está nos estatutos, mas eu penso que pela lei das empresas municipais tem de ser no município de Aveiro.”*

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Só para repor aqui um equilíbrio, porque o Senhor Presidente da Câmara disse que fomos nós que chamámos “gestão inadequada”— não dissemos isso! Vossa Excelência ao dizer “gestão adequada” é que estava a indiciar que havia uma “gestão inadequada”. Entende-se claramente Senhor Presidente.*

*E quanto ao “futuro possa estar comprometido”. Vossa excelência pôs em causa o presente, não fomos nós. E depois deixe-me aqui dizer-lhe: não aceito pela parte que me toca que seja posta em causa aqui o que pensamos quer do Eng.º Canas, quer dos actuais responsáveis, nomeadamente o Senhor Director Delegado que é uma pessoa que eu muito prezo, o Eng.º Roque. São pessoas que eu muito prezo. E ninguém desta bancada e eu próprio me atreveria a pôr em causa. Sabe porquê Senhor Presidente? Ao longo destes anos eu tenho que constatar aqui um facto que já referi (o Custódio Ramos lembra-se bem disso), os Serviços Municipalizados (do meu ponto de vista), sempre funcionaram melhor que a Câmara. Do meu ponto de vista e eu sempre o disse alto e bom som. Porquê? Se calhar é porque os políticos não estão lá directamente a geri-los! Se calhar é isso. Agora há uma coisa que também se constata para o bem e para o mal: a responsabilidade é dos políticos nomeados como administradores, não é dos directores. Os directores executam as políticas que os seus administradores lhes impõem. E portanto, para o bem e para o mal, esta é uma responsabilidade dos políticos nomeados administradores e que fique isto bem claro.*

*O Senhor Presidente, quando me fala de rigor da EMA... bem, se é rigor o resultado final de uma tarefa que tinha um objectivo de despesa (que nem vamos agora referir) e aquele que veio a constatar-se no final, se isso é rigor, estamos conversados! É por aí que se vê como está a actual situação.*

*E quanto à PDA Senhor Presidente. Vossa Excelência como candidatos os que são os terrenos, obviamente. Estas entidades (daqueles que eu conheço), são as pessoas que se estão a posicionar porque previamente já se tinham posicionado adquirindo os terrenos ali à volta. Mas tem uma boa notícia: parece que finalmente vamos ter corridas de cavalos em Portugal e isso pode ajudar a potenciar aquela área, nomeadamente o chamado hipódromo.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)  
Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal  
Presidente da Câmara

*“Só duas notas também para prestar os esclarecimentos que me foram pedidos. O nome é o menos importante, mas realmente ninguém está muito satisfeito com o baptismo que foi encontrado. Portanto se for possível aceitam-se sugestões que sejam do ponto de vista da imagem externa da empresa, mais interessantes. Ninguém estaria muito inspirado e a verdade é que o nome, achamos que pode ser encontrada uma solução melhor e por isso ficou ali ressalvada em acta a possibilidade de ser encontrado um outro nome mais interessante.*

*Sobre o Conselho Geral. Há muita forma de fazermos representar os utentes no Conselho Geral: uma comissão de utentes como agora estão a criar tantas por esse país fora a propósito da luta contra as portagens nas SCUT’s; Comissões de utentes é fácil de formar, mas há mecanismos já institucionalizados como por exemplo a DECO, defesa dos consumidores – enquanto utentes de transportes públicos é fácil fazer isso. Encontraremos certamente a forma de criar alguma legitimidade destes utentes que queremos que nos ajudem neste Conselho Geral.*

*Para que não restem dúvidas e porque está ali o Eng.º Canas – que todos nós muito consideramos. O que se passou, reconhecamos todos, foi que o entusiasmo retórico do Senhor Armando Vieira traiu-o. Fez com que traísse a consideração que todos temos ao Eng.º Canas. Porque eu disse sempre isto: eu quando ouvia os elogios rasgados, justos, que eram feitos à gestão do Eng.º Canas. Eu sempre, sempre – e por isso, hoje me surpreendeu o entusiasmo retórico que o levou a dizer o contrário; que a gestão era inadequada.*

*Mas deixe-me dizer o seguinte: Eu sempre disse que as coisas boas que os Serviços Municipalizados faziam eram da responsabilidade do Eng. Canas. As coisas menos boas que os Serviços Municipalizados faziam eram da responsabilidade dos políticos. E portanto, hoje, o seu entusiasmo retórico levou a dizer o contrário. Mas está tudo esclarecido.*

*Eu disse: “gestão mais adequada” a esta realidade de integração das diferentes componentes de adaptação às novas realidades e às novas exigências. Portanto, se percebeu isto, não devia ter jogado com as palavras porque criou aí um equívoco semântico que nos podia ter deixado ficar mal a todos, perante o Eng.º Canas. E portanto julgo que está tudo esclarecido.”*

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais interrompeu os trabalhos por 5 minutos a pedido da bancada do PSD.

**Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 7 – Empresa Municipal de Mobilidade – Criação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (PS18+ IND1), nove abstenções (PSD3+PP5+1IND) e nove votos contra (PSD8+PCP1).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD):

*“Eu votei contra porque da experiência recente da criação de empresas municipais e hospitalares públicas, estas não têm dado provas positivas e assiste-se ao aparecimento de injustiças no dia-a-dia e no futuro do trabalhador.”*

Vogal António Regala (PCP):

*“O nosso voto contra fundamenta-se no facto de encontrarmos aqui uma retirada de serviço público aos munícipes e uma demissão da própria Câmara das suas responsabilidades, sem que para isto se veja um qualquer benefício que se possa tirar. Quer benefício de carácter económico, quer na melhoria do serviço para os munícipes. Por outro lado, achamos que a aprovação desta proposta abre caminho a situações bem mais graves como por exemplo, o abrir caminho às privatizações por exemplo, da água — para além do notório esvaziamento da função desta Assembleia Municipal.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*“Em nome do PSD, gostaria de dizer que o PSD maioritariamente votou contra esta proposta, apesar de alguns de nós aqui na bancada concordarmos com a criação de uma empresa municipal que integre e coordene todos os serviços de mobilidade de Aveiro. Contudo, não concordamos com o modo e com os pressupostos que foram apresentados e, nomeadamente, a falta da abrangência solidária dos serviços a todo o concelho, sobretudo às populações periféricas. Alguns de nós apresentam também dúvidas quanto à situação laboral na transição decorrente da criação da empresa.”*

Vogal António Granjeia (CDS/PP):

*“O Grupo parlamentar do CDS absteve-se na votação da proposta da criação de empresa municipal de mobilidade, não por ter reservas de princípio nos pressupostos da criação desta empresa, mas porque os argumentos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara não nos convenceram. E subsistem, também, dúvidas acerca da transição dos recursos humanos quanto aos níveis de afectação e transição laboral que tão manifestamente se fizeram sentir nesta Assembleia Municipal.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

*“Votámos pela criação da empresa pública municipal de mobilidade, porque entendemos que a mesma assegurará aos aveirenses um serviço público de transporte que permitirá a articulação de uma rede de mobilidade pautada pelo princípio da sustentabilidade. Permitimo-nos ainda salientar que esta empresa ora criada, será uma empresa inovadora no universo nacional ao articular transporte, circulação e estacionamento, numa rede de gestão integrada.”*

## **PONTO 8. – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CARVOEIRO – REVISÃO DOS ESTATUTOS.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/09/2004, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

No uso da palavra, o Vice-presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

### Membros da Assembleia

#### Presidente da Mesa

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“É muito rápido (e aliás não é discussão nenhuma sobre esta situação) porque isto não tem nada que discutir na minha opinião. Mas só queria colocar uma questão: a AMRIA é para continuar ou não? É que no caso de ser para continuar também tem de ter alterações estatutárias.”*

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 8. – Associação de Municípios do carvoeiro – revisão dos estatutos, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PS18+PSD11+PP5+PCP1+IND2).**

Não houve declarações de voto.

**Continuando, o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

Concluída a votação, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Setembro.

Eram 00:30 horas do dia 26 de Outubro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)